CLAUSEWITZ E A POLÍTICA

Coleção Relações Internacionais e Globalização, 37

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

CLAUSEWITZ E A POLÍTICA: Uma Leitura da Obra *Da Guerra*

Editora UNIJUÍ
Ijuí
2014

© 2014, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil -
Fone: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0216
E-mail: editora@unijui.edu.br
Http://www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-Adjunto: Joel Corso

Capa: Alexandre Sadi Dallepiane

Imagem odeteana: DAOLIVEIRA

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:
Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catalogação na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

P289c Passos, Rodrigo Duarte Fernandes dos.

Clausewitz e a política : uma leitura da obra *Da Guerra* / Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2014. – 168 p. – (Coleção relações internacionais e globalização ; 37).

ISBN 978-85-419-0114-7

1. Guerra. 2. Política. 3. Clausewitz. I.Título. II. Título: Uma leitura da obra *Da Guerra*. III. Série.

CDU : 355.01
355.01:321.01

Editora Unijuí afiliada:

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

A Coleção *Relações Internacionais e Globalização* é uma iniciativa da Editora Unijuí, direcionada à publicação de textos que privilegiem a abordagem interdisciplinar dos diversos aspectos que envolvem as relações internacionais. O objetivo da coleção é colocar à disposição dos leitores interessados um conjunto de obras que contribuam para a qualificação do debate sobre o tema e ajudem na compreensão das transformações do mundo atual.

Conselho Editorial

Antônio Jorge Ramalho da Rocha (UNB – Brasil)
Argemiro Luís Brum (Unijuí – Brasil)
Arno Dal Ri Júnior (Fondazione Cassamarca – Itália)
Doglas Cesar Lucas (Unijuí – Brasil)
Eduardo Biacchi Gomes (PUC/PR e Unibrasil – Brasil)
Francesco Leita (Universidade de Pádua – Itália)
Gabriele Orcalli (Universidade de Pádua – Itália)
Gigliola Landucci (Universidade de Pádua – Itália)
Gilmar Antonio Bedin (Unijuí – Brasil)
Isaac Maidana (Ministério das Relações Exteriores – Bolívia)
Isabel Vaz (UFMG – Brasil)
José Manuel Pureza (Universidade de Coimbra – Portugal)
Luis Humberto Villwock (Unisinos – Brasil)
Luiz Antônio Pinazza (FGV – Brasil)
Marcel Marloie (Inra – França)
Marcos Sawaya Jank (Icone – Brasil)
Mauro de Rezende Lopes (FGV – Brasil)
Odete Maria de Oliveira (UFSC – Brasil)
Rafael A. Duarte Villa (USP – Brasil)
Raimundo Batista dos Santos Junior (Ufpi – Brasil)
Rene Mauget (Essec – Imia – França)
Rui Moura Ramos (Universidade de Coimbra – Portugal)
Shiguenoli Miyamoto (Unicamp – Brasil)
Sidney Guerra (UFRJ – Brasil)
Valeriano Mendes Ferreira Costa (Unicamp – Brasil)
Wagner de Menezes (USP/SP – Brasil)
Wladimir Brito (Universidade do Minho – Portugal)

Comitê Editorial

Argemiro Luís Brum (Unijuí – Brasil)
Gilmar Antonio Bedin (Unijuí – Brasil) – Coordenador
Odete Maria de Oliveira (UFSC – Brasil)
Arno Dal Ri Júnior (Fondazione Cassamarca – Itália)
Raimundo Batista dos Santos Junior (Ufpi – Brasil)

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Clausewitz: Guerra, Política e Revolução.....9

INTRODUÇÃO.....17

CAPÍTULO 1
GUERRA E POLÍTICA:
Definições Iniciais, Lógica e Gramática 19

Introdução: o que são guerra e política?.....21

Formulação de problemas.....35

Formulação de hipóteses.....39

CAPÍTULO 2
A GUERRA COMO AÇÃO POLÍTICA FORTE:
a Lógica e os Elementos Comuns à Guerra e à Política 63

Aspectos conceituais e metodológicos semelhantes
à definição de guerra e política na ação política forte.....67

Caráter político da guerra e seu entendimento como ação política forte: objetivo, fim, estratégia, meio, fricção, probabilidades, acaso, elementos morais e físicos 76

Meio, objetivos, fins e estratégia 76

Probabilidades, acaso, fricção, elementos morais e físicos 107

CAPÍTULO 3
A GRAMÁTICA E AS ESPECIFICIDADES DA GUERRA E DA POLÍTICA 135

A natureza e a essência da guerra e da política 139

A lei suprema de decisão pelas armas, o combate, o engajamento e o conflito 152

CONSIDERAÇÕES FINAIS 157

REFERÊNCIAS 163

PREFÁCIO
Clausewitz: Guerra, Política e Revolução

Alvaro Bianchi[1]

A chegada das tropas de Napoleão Bonaparte à Prússia abalou profundamente o modo de pensar dos alemães, mas também o modo de o Ocidente se imaginar a si próprio. A Revolução Francesa de 1789 dissolveu relações feudais; trouxe o povo para a política, concedendo-lhe direitos até então negados; secularizou as propriedades da Igreja; promoveu a reforma agrária; acabou com o poder dos nobres e colocou a guilhotina em ação. O rei e a rainha, que já haviam perdido suas coroas, perderam também suas cabeças. Maximilien Robespierre e seus companheiros levaram a Revolução a seu limite, a defenderam e consolidaram. Coube, porém, a a um soldado à frente de um exército levá-la a toda a Europa.

A vitória de Napoleão Bonaparte sobre o exército prussiano em Jena, em 1806, foi presenciada por dois contemporâneos muito diferentes: o filósofo Georg Wilhelm Hegel (1770-1831) e Carl von Clausewitz (1780-1831). Na segunda-feira, 13 de outubro de 1806, quando as tropas de Napoleão atravessaram o muro de Jena, Hegel encontrava-se lecionando nessa cidade. Dias antes havia finalizado sua *Phänomenologie des Geistes*, e na sexta-feira anterior enviado os originais para seu amigo Friedrich Immanuel *Niethammer*.

[1] Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Na *Phänomenologie des Geistes* os acontecimentos do vizinho país serão reconstruídos filosoficamente em uma investigação a respeito dos impasses políticos aos quais os jacobinos teriam chegado. Seu prefácio deixava ouvir os tiros e as explosões que impediam os habitantes de Jena de dormir. Os cascos dos cavalos franceses revolviam o solo e estragavam as colheitas, mas seus estragos eram ainda maiores na velha ordem política e social. O antigo regime tremia ante a espada napoleônica. O frêmito de Hegel devia-se ao entusiasmo. Uma sincera excitação perturbava sua existência filosófica à medida que os franceses avançavam. Junto com estes marchava o espírito absoluto. No *Vorrede* da *Phänomenologie* Hegel registrou: "Vivemos, aliás, numa época em que a universalidade do espírito está fortemente consolidada, e a singularidade, como convém, tornou-se tanto mais insignificante; em que a universalidade se aferra a toda a sua extensão e riqueza acumulada e as reivindica para si." (Hegel, 1992, v. 1, p. 62).

No capítulo intitulado *Die absolute Freiheit und der Schrecken* a revolução expressa politicamente a consciência que o espírito adquire da liberdade absoluta. Em 1789 o espírito teria pela primeira vez adquirido plenamente essa consciência e a liberdade se tornado seu princípio fundamental. A confusão levada a cabo pelos jacobinos entre a vontade geral e a vontade de todos os singulares teria permitido a afirmação da vontade geral da liberdade absoluta e criado o terror. A posição de Hegel era ambígua, mas apontava para uma moderação da revolução. Era assim, na restauração napoleônica e não na revolução jacobina, que Hegel identificava a realização do espírito do mundo.

Esse espírito universal capaz de reivindicar toda a singularidade e concentrá-la em um único ponto, em um só momento, aproximou-se de Hegel portando canhões e fuzis. No dia 13, tendo derrotado os exércitos prussianos, Napoleão entrou em Jena a cavalo e inspecionou pessoalmente a cidade. Para o filósofo, o pequeno general deve ter se assemelhado ao gigante que o pintor Jacques-Louis David retratou cruzando os Alpes, montado em um imponente cavalo branco e apontando para o futuro. No lugar da espada embainhada, no entanto, o que Hegel via era o Código Napoleônico. De fato,

este estatuto jurídico que Bonaparte levava junto com suas tropas expressava a restauração, mas esta não representava um retorno ao antigo regime, o novo não era cancelado, mas reconfigurado, carregando ainda consigo uma força capaz de colocar por terra o antigo regime prussiano. Confrontado com a reacionária dominação de Friedrich Wilhelm III, Napoleão Bonaparte trouxe junto o ar fresco da universalização dos direitos de liberdade.

Hegel percebia claramente que nesse confronto a liberdade, ainda que moderada, representada por Napoleão levava vantagem. Pouco depois de vê-lo nas ruas de Jena, o filósofo escreveu a seu amigo o impacto dessa visão: "Vi o imperador — este espírito do mundo — cavalgar nos arredores da cidade em missão de reconhecimento. É realmente uma sensação maravilhosa ver tal indivíduo, o qual, concentrado aqui em um único ponto, montado sobre um cavalo, se estende sobre o mundo e o comanda. Quanto ao destino dos prussianos, na verdade nada de melhor poderia ser prognosticado" (Hegel, 1984, p. 114).

Para os prussianos o prognóstico de Hegel foi realmente o melhor, mas durou poucos anos. Após a derrota de Napoleão na Rússia, a restauração teve lugar na Prússia. A semente da mudança havia sido, entretanto, lançada. O filósofo não deixou de pagar um preço elevado pelas suas ideias. Para muitos de seus contemporâneos ele não havia sido patriótico e sua simpatia manifesta para com os invasores o tornava uma pessoa pouco confiável. Com o passar dos anos tomou distância da revolução e em seus *Lineamentos para uma Filosofia do Direito* lhe dedicou ásperas palavras, muito embora intérpretes afirmem que por detrás delas havia ainda um Hegel esotérico que alimentava um espírito revolucionário. A monarquia constitucional defendida por Hegel estava, entretanto, muito longe da realidade política da Prússia pós-napoleônica, e não é preciso recorrer a sofisticados exercícios filológicos para rencontrar, mesmo em seus últimos escritos, simpatia pelas realizações políticas dos franceses.

G. W. Hegel não foi o único a ver de perto a vitória de Napoleão e a se impressionar com ela. O general alemão Carl von Clausewitz participou da batalha de Jena como *aide-de-camp* do príncipe August Ferdinand no batalhão dos granadeiros das tropas comandadas pelo general de infantaria Friedrich Adolf, conde von Kalckreuth. Tinha 26 anos quando os prussianos foram derrotados e foi feito prisioneiro juntamente com outros 25 mil soldados. Clausewitz refletiu sobre as razões da catastrófica derrota e dentre elas identificou as vacilações decorrentes das divisões existentes no alto-comando prussiano. O general de infantaria Frederick Louis, príncipe de Hohenlohe-Ingelfingen, e o duque de Brunswick não agiram de modo ordenado e isso acarretou o enfraquecimento da ação prussiana.[2]

Os particularismos próprios do antigo regime prussiano impediram a necessária centralização da ação bélica. Em termos hegelianos seria possível afirmar que a universalidade do espírito ainda não se encontrava unificada na Alemanha, ao contrário do que se via na França. Em todos os aspectos o exército prussiano representava uma ordem política em decadência. Em 45 anos, esse exército havia travado apenas duas batalhas. Nesse ínterim, os postos de comando foram preenchidos com base no tempo de serviço dos militares, colocando o exército sob o comando de homens velhos e cansados, incapazes de enfrentar os "jovens e vigorosos líderes" franceses (Clausewitz, 1922, p. 518). As condições nas quais os prussianos lutaram foram ainda agravadas pela incapacidade de arregimentar aliados entre os pequenos Estados vizinhos e pela revolução polonesa, que desviou forças prussianas do *front* ocidental (idem, p. 518-521).

[2] "Eles nunca chegaram à desobediência aberta, mas havia uma contradição perpétua, suas queixas incessantes como a falta de informação e sua ignorância tornaram naturalmente mais fraco e mais indeciso o comando de um exército muito mal organizado. O Rei, no final, tornou-se desconfiado; o Duque dia-a-dia mais pusilânime. Como resultado não ocorreu uma ação concertada e a irresolução aumentou a passos largos" (Clausewitz, 1922, p. 535-536).

Embora tenha formado uma força militar considerável, mobilizando mais de 200 mil pessoas, a Prússia não possuía um exército popular. Sua prática bélica encontrava-se presa ao antigo regime que estava sendo destruído pelo exército francês. Na Prússia, o povo ainda "não era nada", era um povo sem direitos e sem influência sobre os rumos das batalhas e dos conflitos. A guerra era, assim, "unicamente uma preocupação do governo, na medida em que os governos se afastaram de seus povos e agiam como se fossem eles próprios o Estado" (Clausewitz, 1984, p. 589).

Do outro lado do campo de batalha encontrava-se uma força colossal, um povo. Em *Da Guerra*, Clausewitz expressou o que havia visto nos campos de batalha de Jena. Em 1793 uma força inimaginável apareceu; em 1806 essa força marchou sobre a Prússia sob o comando de Napoleão. Como isso foi possível? A expansão da base política do Estado representou para a França a expansão de seu exército:

> Repentinamente a guerra tornou-se uma questão do povo — um povo de 30 milhões de pessoas todas elas considerando-se a si próprias cidadãs. (…) O povo tornou-se participante da guerra; ao invés de governos e exércitos como até então, todo o peso da nação foi jogado na balança (Idem, p. 592).

Os primeiros movimentos do novo Estado revolucionário no teatro europeu encontraram uma resistência ainda forte dos demais. Essa resistência, porém, deveu-se mais ao peso que as antigas tradições e a velha formação ainda mantinham no exército francês. Sua transformação não foi imediata. Juntamente com as instituições do antigo regime era necessário pôr abaixo o antigo modo de fazer a guerra, o treinamento ultrapassado dos soldados e a retrógrada formação dos oficiais. À revolução social se sucedeu uma revolução militar. Coube a Napoleão levar esta ao seu limite. Sob o seu comando, a França "marchou estrondosamente sobre a Europa".

A Revolução tornou a guerra um assunto de todo o povo e o mobilizou para defendê-la primeiro e para expandir suas fronteiras depois. A reação europeia soube adaptar-se. Na batalha de Jena, os prussianos mobilizaram

um exército de 113.000 pessoas contra 130.000 franceses.[3] O espírito que animava os comandados de Napoleão, porém, era outro. Sua presença na guerra era uma extensão de sua participação na vida política do país. Na Prússia, tal participação ainda se encontrava distante. O exército francês era formado por cidadãos, como destacou Clausewitz, e não apenas por conscritos. O empenho subjetivo do governo e do povo eram iguais entre os franceses. A "vontade, o caráter e as capacidades" de ambos eram a força irresistível que os empurrava para a frente. Na Prússia, entretanto, os mesmos que eram convocados para a guerra tinham sua participação na vida política nacional limitada. O povo era formado por soldados, mas não por cidadãos portadores de direitos de liberdade.

Na França a participação na vida política levou o povo à guerra; na Prússia, foi a guerra que levou os cidadãos à vida política. Os dois caminhos são muito diferentes. No primeiro, aquele que vai da política à guerra, tem-se uma participação ativa, na qual o povo não apenas é parte, mas é parte portadora de direitos. No segundo, aquele que vai da guerra à política, tem-se uma participação passiva do povo, o qual tem o dever de defender o Estado, mas não tem o direito de tomar parte das decisões que afetam diretamente a sua vida e que a colocam em risco. Não é de se estranhar, pois, que a vontade envolvida em cada um desses casos seja de magnitudes diferentes. São duas vias, a francesa e a prussiana, uma ativa a outra passiva, de expansão da base social da política. A análise dessas duas vidas nos permite compreender melhor os processos de conformação dos modernos Estados-nacionais.

Esta obra de Rodrigo Passos localiza muito bem este importante aspecto. Para Clausewitz a "guerra não é nada mais do que a continuação da política com outros meios" (1984, p. 69). Embora extremamente sintética, esta não é uma afirmação simples e já deu lugar a muitos mal-entendidos. John Keegan, por exemplo, atribuiu erroneamente a Clausewitz a ideia de

[3] São esses os números a partir dos quais Clausewitz (1922, p. 527-528) construiu seu argumento.

que a guerra seria *apenas* uma extensão da política, não tendo nela lugar para determinações culturais, econômicas ou de qualquer outro tipo.[4] Não é, entretanto, disso que se trata, como fica claro na análise que o general fez do papel desempenhado pelos sentimentos na guerra. Do mesmo modo, a redução da política à guerra presente em intérpretes como Rapoport e mesmo no senso comum, não encontra apoio no texto de Clausewitz, para quem toda guerra é um ato político, mas nem todo ato político se traduz em guerra.

A distinção desenvolvida por passos entre a lógica comum à guerra e a política e a distinta gramática destas é esclarecedora, na medida em que permite reconhecer a unidade e a distinção existente entre estas duas formas da ação humana. Deixando de lado os mal-entendidos, é necessário voltar à afirmação do general prussiano para encontrar seu potencial. Aqui a aproximação do conceito de guerra com o de ação política forte realizada por Passos é esclarecedora. Depois que Napoleão marchou sobre a Europa como a encarnação do espírito do mundo, a guerra deixou de ser uma questão exclusiva dos governantes. O conflito bélico mobilizou massas humanas cada vez maiores, tornou-se um assunto do povo. Dada sua intensidade — e agora sua magnitude — a ação bélica passou a perfilar paixões, sentimentos e vontades coletivas. Não é pois qualquer ação política que pode ser comparada à guerra, mas apenas a ação política forte, a política absoluta. A guerra é, assim, não apenas uma continuação da política, mas uma intensificação extraordinária desta.

A aproximação é tendencial. Só a guerra absoluta coincide plenamente com a política absoluta. No limite, apenas quando o conflito bélico é também revolução a identidade entre guerra e política se verifica. A revolução nos assuntos militares protagonizada pelos franceses teve como precedente uma revolução na política. A ativa participação do povo nos assuntos do governo, dentre eles a guerra, foi o que elevou a intensidade dos conflitos políticos e

[4] Sempre que aborda aspectos teóricos, o livro de Keegan é superficial. Sua exposição da teoria marxista, entretanto, se destaca por ser também simplória (Keegan, 2001, p. 34-37).

militares ou criou as condições para que isso ocorresse. Após a entrada em cena deste novo ator social, pensar a guerra passou a ser, também, pensar a política. O livro de Passos é este promissor ponto de partida e a partir dele desenvolve de modo competente as categorias que permitiriam essa reflexão conjunta, trazendo uma contribuição importante para a ciência política brasileira.

REFERÊNCIAS

CLAUSEWITZ, Carl von. Extracts from "Notes on Prussia during the Catastrophe of 1806". In: JENA CAMPAIGN SOURCEBOOK. Fort Leavenworth: The General Service Schools, Press, 1922. p. 515-611.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On war*. Edited and translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University, 1984.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Hegel, the letters*. Translated by Clark Butler and Christiane Seiler; with commentary by Clark Butler. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 2v.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAPOPORT, Anatol. Introduction. In: CLAUSEWITZ, Carl von. *On war*. Londres: Penguin, 1968, p. 11-79.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca explorar a relação entre guerra e política a partir de uma leitura de *Da Guerra*, obra do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831). Tomando por base as definições do general em questão, a contribuição da tese se vale do entendimento da guerra como pertencente à política e ao contexto histórico e social mais amplo para justamente propor um entendimento das ações políticas como um todo. O trabalho também contempla uma leitura sobre a especificidade do fenômeno bélico.

Neste diapasão, o trabalho está estruturado em três capítulos.

O primeiro busca elucidar a definição de guerra do autor mencionado, sua relação com a história, a política e a sociedade e alguns problemas decorrentes de algumas interpretações de Clausewitz. O capítulo lança as questões centrais do trabalho. Tais questões são relacionadas a uma metáfora não desenvolvida de Clausewitz que aborda o entendimento da lógica e da gramática da guerra. São enunciadas as hipóteses que norteiam esses pontos. Lançando mão da ideia de que a lógica da guerra remete à política e a gramática remete à violência como sua peculiaridade diante de outros fenômenos, reitera-se o entendimento do fenômeno bélico como uma ação política forte, transformadora, mobilizadora de fortes sentimentos e paixões, conforme a conceituação de Bertrand de Jouvenel.

O segundo capítulo explora o argumento da lógica política da guerra. A validade de pontos da guerra para a política elucida a lógica mencionada. Pelo fato de tal ponto não ser abordado de modo sistemático pelo general prussiano, o argumento percorre uma leitura que mostra a relação entre guerra

e revolução, ambas ações políticas fortes. A partir de uma análise sobre a guerra e a revolução de Pierre Naville, o capítulo desenvolve um raciocínio relevando a guerra e a revolução como pontos altos da política.

O terceiro e último capítulo aborda a gramática da guerra apontando todos os aspectos relacionados à violência na definição clausewitziana como os elementos que distinguem a guerra da política e constituem a gramática daquela. Como a violência não se faz presente em todas as ações políticas, o capítulo destaca os aspectos da definição clausewitziana que remetem ao uso da força e as especificidades entre guerra e política.

Nas considerações finais, busca-se lançar um programa de estudos que ponha em questão todo um programa de pesquisa que aprofunde o temário da relação entre guerra e política não somente na obra de Clausewitz, como também em diferentes autores.